SHUTTERSTOCK



COMO A REFORMA TRIBUTÁRIA IMPACTA O SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

ELIANE KAY[1], EDMARCOS ELIAS[2]

Aprovada na Câmara dos Deputados, a reforma tributária traz avanços para o agro, mas restringe a lista de insumos com alíquota reduzida.

APÓS ANOS de discussão, a proposta de reforma tributária sobre o consumo foi aprovada pela Câmara dos Deputados – na forma do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/24 –, trazendo importantes avanços na regulamentação das alíquotas da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em especial em relação à redução em 60% para os insumos agropecuários e aquícolas (seção X, art. 133).

Esse tratamento diferenciado aplicado a itens essenciais na produção de alimentos, como fertilizantes, sementes, rações para animais e defensivos agrícolas, é importante para o conceito de redução dos custos nas cadeias produtivas agrícola e pecuária.

No caso dos defensivos agrícolas, o texto do PLP nº 68/24 aprovado pela Câmara dos Deputados, no entanto, restringiu a lista de insumos agropecuários apenas aos produtos formulados contemplados com a classificação NCM 3808, não incluindo as matérias-primas utilizadas em sua produção, fazendo com que a agroindústria pague a alíquota cheia de CBS e IBS no início do processo produtivo. Nesse cenário, a proposta com a lista incompleta provoca uma distorção tributária que pode acentuar a desindustrialização nacional. Isso se dá ao tributar integralmente as matérias-primas para a produção de defensivos agrícolas, em sua grande maioria, importadas, enquanto se aplica alíquota reduzida aos produtos formulados, desincentivando investimentos na produção local e a geração de empregos e renda no Brasil.

Ademais, mantida a proposta do PLP nº 68/24 aprovada pela Câmara, a indústria, quando da aquisição das matérias-primas, incorrerá um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 100% e, na saída do produto acabado, sobre o "insumo para o produtor rural e agropecuário", incidirá um IVA de 40%. Ou seja, haverá antecipação de caixa para o Governo de um recurso necessário para o giro operacional das empresas e o financiamento da agricultura nacional. É importante ressaltar que, historicamente, há uma carência de recursos para essa finalidade no sistema financeiro nacional, sendo esse papel executado em larga escala pelas empresas fornecedoras de insumos, com longo prazo de recebimento tanto para as revendas, quanto para os produtores rurais e agropecuários.

Quanto aos insumos agropecuários com redução de 60% nas alíquotas de CBS e IBS, o texto do PLP nº 68/24 aprovado na Câmara restringe-se a produtos com a classificação NCM 3808, excluindo as matérias-primas utilizadas em sua produção.

Um levantamento realizado pela Kynetec para o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) revela que as empresas associadas financiaram, em 2023, aproximadamente R$ 29 bilhões para a compra de defensivos agrícolas. Desse total, 43% das vendas tiveram um prazo superior a 240 dias para recebimento.

Outro fato relevante é que, ao contrário do que se possa pensar, a concessão de redução da alíquota do IVA às

matérias-primas não trará uma renúncia ou redução de arrecadação. Isso porque o IVA é calculado com base no valor agregado por cada etapa da produção e os créditos tributários pagos sobre os insumos adquiridos serão utilizados para fazer frente aos débitos quando da comercialização do produto final, mantendo a arrecadação estável.

Por fim, a questão mais relevante é que, mantida a restrição na lista de insumos, poderá haver um aumento no custo de produção de alimentos, o que, por sua vez, pode afetar o abastecimento do mercado interno e provocar uma perda de competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional.

O trabalho do Sindiveg e dos demais parceiros da Coalizão de Insumos Agropecuários é pautar os senadores demonstrando tais impactos ao agronegócio e à população brasileira.

1Bioquímica e diretora-executiva do Sindiveg

2Gerente contábil da Sipcam Nichino Brasil S/A e coordenador do Grupo de Trabalho Tributário do Sindiveg

ENCONTRO COM JORNALISTAS DESMISTIFICA SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Para combater a desinformação sobre a produção e o uso de tecnologias para proteção de cultivos, o Sindiveg realizou uma press trip *na associada IHARA, em Sorocaba-SP.*

Fundamental para garantir a produtividade agrícola e a produção de alimentos, fibras e energia, o setor de defensivos tem como um dos seus principais desafios o combate à desinformação. Para auxiliar jornalistas que acompanham o agronegócio a entenderem o funcionamento e a importância do setor, o Sindiveg realizou uma *press trip*. A iniciativa ocorreu na sede da associada IHARA, em Sorocaba-SP, em junho último, e contou com a participação de profissionais de diferentes veículos de comunicação do estado de São Paulo.

"Essa iniciativa faz parte do nosso plano, a longo prazo, de estreitar o relacionamento com os profissionais da comunicação, proporcionando conhecimentos e experiências com embasamento sobre o tema. Para isso, preparamos a programação levando em consideração as questões que mais causam dúvidas ou ruídos entre o setor e a imprensa", explica o vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg, João Lammel.

A agenda do evento, iniciada pelas boas-vindas do presidente do Sindiveg e da IHARA, Julio Borges, foi contemplada com apresentações: do professor titular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Botucatu, Edivaldo Velini; da coordenadora de Tecnologia e Inovação da IHARA, Thais Cristina Silva de Souza; do conselheiro do Sindiveg e diretor de Regulação, Formulação, IP e Stewardship da Sumitomo Chemical América Latina, Luís Henrique Rahmeier; da coordenadora do Comitê de Uso Correto e Seguro do Sindiveg e gerente de Stewardship da UPL no Brasil, Cláudia Tanabe Barreto; e do vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg, João Lammel.

"Os palestrantes escolhidos apresentaram um panorama completo sobre o desenvolvimento do setor de defensivos agrícolas no País, explicando questões como os desafios da agricultura tropical, o papel da proteção de plantas e seu impacto na economia, o processo de pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas e soluções tecnológicas para lidar com os problemas fitossanitários das lavouras, os processos para registro dos produtos no Brasil, o que muda com a nova Lei dos Defensivos, o panorama de mercado, além de quais as ações realizadas pela indústria com o objetivo de garantir que toda essa tecnologia seja bem utilizada pelos agricultores no campo", detalha Lammel. Os jornalistas participantes da *press trip* receberam, em primeira mão, os resultados consolidados de 2023 da pesquisa de mercado nacional de defensivos do tipo produto por área tratada (PAT) encomendada à Kynetec Brasil pelo Sindiveg.

Ao primar pela experiência, a iniciativa também ofereceu visitas guiadas pela fábrica e pelo Centro de Pesquisa da IHARA ao grupo de jornalistas, composto de representantes dos veículos de comunicação Globo Rural, Valor Econômico, Revista Rural, Programa A Força do Agro (da Revista Oeste), Climatempo, AgFeed, Agro Estadão e Notícias Agrícolas.

"Para auxiliar jornalistas que acompanham o agronegócio a entenderem o funcionamento e a importância do setor, o Sindiveg realizou uma *press trip*. A iniciativa ocorreu na sede da associada IHARA, em Sorocaba-SP, em junho último..."

"Além da parte teórica, é essencial que esses comunicadores tenham acesso à prática, podendo, assim, entender, de fato, como essas tecnologias, tão importantes para a produção de alimentos, são produzidas e o quão seguro é esse processo. Os jornalistas aproveitaram para tirar diversas dúvidas e gravar entrevistas com os porta-vozes", salienta o vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg.

A entidade pretende realizar outras edições da iniciativa em diversas regiões do Brasil, em parceria com as associadas. "Nessa primeira *press trip*, focamos em São Paulo e nos jornalistas da região, mas o projeto contemplará as demais partes do Brasil, desmistificando o setor da melhor forma: com conhecimento teórico e prático", finaliza. ■